



Indicador Econômico recua 11 pontos no Brasil no 1º trimestre de 2023

Governo lança programa de distribuição gratuita de absorvente pelo SUS

Página 6

Receita antecipa para esta quinta liberação do programa do IR 2023

Página 3

Aumentam em São Paulo denúncias de assédio sexual no trabalho

Nos últimos quatro anos, as denúncias de assédio sexual recebidas pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT/SP) passaram de 11 para 182. Neste ano, até a quarta-feira (8), foram recebidas pelo MPT 54 denúncias.

A procuradora do trabalho Sofia Vilela destaca que os números não necessariamente refletem o aumento dos casos, pois, anteriormente, muitos podiam estar silenciados. Em nota, ela cita o constrangimento e o descrédito a que as mulheres são submetidas em casos de assédio no ambiente de trabalho.

Segundo a procuradora, a ampla repercussão de casos como o que envolveu o então presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, no ano passado, contribuiu para estimular as vítimas a denunciarem. Guimarães foi processado pelo MPT. Na época, ele negou as denúncias de abusos contra funcionárias do banco.

Para Sofia Vilela, as campanhas de conscientização contribuem para aumentar o número de denúncias.

Como denunciar

O MPT orienta as pessoas que estejam sofrendo ou testemunhando casos de assédio sexual no trabalho a denunciar os abusos. O primeiro passo é procurar um canal interno de denúncias na organização em que trabalha para registrar o caso.

Em caso de medo de represálias, a denúncia pode ser feita ao MPT, que abrirá investigação contra a empresa.

O Ministério Público do Trabalho destaca ainda que é importante reunir testemunhas da situação e, nos casos em que a própria denunciante esteja sofrendo o assédio, nunca ficar sozinha com o agressor. Gravações em vídeo ou áudio também podem ser usadas como provas, mas não são obrigatórias. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,14
Venda:	5,14
Turismo	
Compra:	5,25
Venda:	5,33
EURO	
Compra:	5,42
Venda:	5,42

Lei estabelecerá multa para empresa que descumprir igualdade salarial



Foto: José Cruz/ABR

Página 6

O Brasil registrou recuo de 11 pontos no Indicador de Clima Econômico (ICE) e atingiu 73,5 pontos no primeiro trimestre de 2023. Na sua composição, o Indicador da Situação Atual (ISA) teve queda de 21,7 pontos alcançando 70,6 pontos, enquanto no Indicador de Expectativas (IE) caiu 0,4 ponto chegando a 76,5 pontos. É o que aponta a Sondagem Econômica da América Latina, que apura os indicadores e foi divulgada na quarta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Com o desempenho, o Brasil está no grupo de países pesquisados que registrou queda nos três indicadores no 1º trimestre de 2023. “O cenário para o Brasil descrito pela pesquisa é de uma estabilidade nas expectativas e de uma piora acentuada (acima de 20 pontos) na avaliação da situação

atual”, informou o instituto pelo site da FGV.

Conforme a pesquisa, a queda verificada no Brasil, ocorre também na Colômbia, Uruguai e Bolívia. Ainda assim, há diferenças entre eles. No Brasil e na Bolívia, os três indicadores estão na zona desfavorável, mas Uruguai e Colômbia, embora tenham redução no ICE e no IE, apresentam avaliação da situação atual favorável.

O Paraguai puxa a melhora do clima econômico da região. Entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, cresceu 47,6 pontos no ICE, resultado do aumento de 83,3 pontos no ISA e de 3,6 pontos no IE. “Em 2022, o país sofreu uma forte seca e perdeu exportações para a Rússia em decorrência da guerra na Ucrânia, o que ajuda a explicar a melhora nos indicadores”, observou. Página 3

São Paulo disponibiliza R\$ 50 mi em crédito para empreendedoras

O governador Tarcísio de Freitas autorizou na quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, a criação de duas linhas de crédito para mulheres empreendedoras no Estado de São Paulo. Ao todo, serão disponibilizados até R\$ 50 milhões, por meio da Desenvolve SP, que vão atender micro e pequenas empresas administradas por mulheres.

O anúncio foi parte das ações

do Governo de São Paulo em celebração à data. O ato contou com a presença da primeira-dama, Cristiane Freitas, e das secretárias de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes; do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende; de Cultura e Economia Criativa, Marília Marton; de Comunicação, Lais Vita; além da procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra. Página 2

Esporte

WEC: André Negrão volta a Sebring, palco de sua primeira vitória em 2022

A temporada 2023 do Mundial de Endurance da FIA, o WEC, começa em 17 de março. Porém, uma semana antes – nos dias 11 e 12 – o principal campeonato de corridas de resistência do mundo realiza uma bateria de testes oficiais exatamente no mesmo palco de sua etapa de abertura, a pista de Sebring, nos Estados Unidos. O histórico traçado da Flórida também foi o local da vitória que levou o brasileiro André Negrão, da equipe Alpine, a liderar a classificação geral de 2022 até a última etapa do Mundial, tornando-se vice-campeão na prova de encerramento.

O prólogo, como é chamada essa sessão oficial de testes livres, marcará ainda o retorno de André Negrão à categoria LMP2, na qual foi campeão mundial no torneio de 2018-2019. Talvez até mais importante, foi na LMP2 que André venceu duas vezes a principal corrida do mundo –

as 24 Horas de Le Mans – nas temporadas de 2018 e 2019.

Mas nos ensaios de Sebring o piloto da Alpine concentrará atenção no entrosamento com seus novos companheiros – o britânico Olli Caldwell e o mexicano Memo Rojas. A meta equipe francesa é, ainda, encontrar bases sólidas para o desenvolvimento de acertos a serem utilizados durante o ano.

Adaptação – “Nosso último teste foi em Portugal, ainda no começo de fevereiro, por isso essa aclimação será importantíssima antes da primeira etapa”, disse Negrão. “Depois de nosso treino em Portugal, os carros embarcaram para os Estados Unidos de navio e vamos vê-los novamente apenas na pista, em Sebring. Obviamente comecei minha adaptação ao LMP2, um carro que tem menos eficiência aerodinâmica e pneus que possuem menos aderência que os da categoria Hypercar, que utilizei até o ano passado”, lembra ele, que foi vice-



Foto: DPPI

Pneus Goodyear bem diferentes dos Michelin com que André correu em 2022 e 2021

campeão da Hypercar em 2022. “A gente quer dar continuidade à base do trabalho que já foi iniciada. O Memo é um piloto muito experiente de Endurance. Já o Olli vem de categorias tipo Fórmula e provavelmente vai demorar um pouco para entender o nosso mundo. Mas minha primeira impressão dele foi muito

boa, acho que ele tende a se adaptar facilmente”, completou.

Alpine A470 – Sobre seu novo carro, André se sente confiante. “Em linhas gerais, o A470 é muito semelhante ao modelo que a Alpine usava anteriormente, com chassi Oreca e motor Gibson”, avalia o brasileiro. “Na verdade, ele agora ficou até um

pouco mais lento em função de algumas mudanças aerodinâmicas e de motor. Mas isso é efeito do BoP (balance of performance, ou equilíbrio de desempenho em tradução livre) promovido pela FIA. Essas modificações foram feitas por que a ideia é que não sejamos mais rápidos que os Hypercars”, explica.

Para André, o grande desafio da Alpine será traduzir em velocidade o comportamento dos novos pneus Goodyear. “No meu entender o foco de todo mundo será entender os pneus”, prevê. “Eu, por exemplo, nunca andei com esses compostos da Goodyear. A primeira vez foi nos testes em Portugal, mas foi muito pouco ainda. Precisamos de muito mais quilometragem. E estes pneus são bem diferentes dos Michelin com os quais me acostumei em 2021 e 2022. Teremos muito trabalho com isso”, conclui o bicampeão de Le Mans.

Beatriz Haddad Maia entra na reta final de preparação para os torneios de Indian Wells e Miami

Beatriz Haddad Maia está nos momentos finais da sua preparação para o WTA 1000 de Indian Wells, na Califórnia. A número 13 do mundo tem o torneio norte-americano, que começará com os jogos da chave principal nesta

quarta-feira, em seu calendário, depois seguindo para o WTA 1000 de Miami, também nos Estados Unidos.

“Estou preparada e animada para competir em dois dos prin-

cipais torneios da temporada. São torneios bem diferentes, um bastante seco e outro com muita umidade, mas ambos com instalações e condições muito boas para os jogadores. Tenho boas recordações nos dois lugares e

espero ir além em 2023”, disse a brasileira, que vem também de uns dias de treinamento em São Paulo após a disputa da Gira das Arábias, que inclui a participação nos torneios de Abu Dhabi, Doha e Dubai.

A preparação de Bia em Indian Wells vem forte, com treinos com as tops Iga Swiatek e Paula Badosa nos últimos dias. Além de simples, a tenista também disputará a chave de duplas com a alemã Laura Siegemund.

São Paulo disponibiliza R\$ 50 mi em crédito para empreendedoras

O governador Tarcísio de Freitas autorizou na quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, a criação de duas linhas de crédito para mulheres empreendedoras no Estado de São Paulo. Ao todo, serão disponibilizados até R\$ 50 milhões, por meio da Desenvolve SP, que vão atender micro e pequenas empresas administradas por mulheres.

O anúncio foi parte das ações do Governo de São Paulo em celebração à data. O ato contou com a presença da primeira-dama, Cristiane Freitas, e das secretárias de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes; do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende; de Cultura e Economia Criativa, Marília Marton; de Comunicação, Lais Vita; além da procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra.

“Quantas profissionais e empresárias capacitadas nós te-

mos, mas que precisam de treinamento e crédito. E estamos disponibilizando isso agora. Esse tem que ser um instrumento de fomento e emancipação. Um crédito acessível e barato, para que nossas mulheres empreendedoras possam se desenvolver e ganhar sua emancipação”, destacou o governador Tarcísio de Freitas.

A linha Desenvolve Mulher terá juros de 4% a 6% ao ano, mais a taxa Selic. Para ser elegível a receber o crédito, a empresa deverá ser administrada por uma mulher. No caso de sociedade, também é obrigatório que o sócio-administrador indicado na Junta Comercial de São Paulo (Jucesp) seja uma mulher. Além disso, a Desenvolve SP poderá consultar a classificação de risco da empresa.

Mulheres administradoras de micro e pequenas empresas con-

tarão com crédito pré-aprovado de até R\$ 200 mil. Além disso, na hipótese de liberação de financiamento para compra de equipamentos ou reforma de comércio, por exemplo, 30% desse recurso poderão ser destinados a capital de giro para impulsionar o negócio.

A segunda linha de crédito é a Desenvolve Mulher Sustentável. Ela contará com taxas ainda menores para o financiamento de projetos de sustentabilidade, como compra e instalação de placas solares, melhoria de sistema de iluminação (energia fotovoltaica), substituição de equipamentos movidos a combustível fóssil por dispositivos com energia limpa, além de projetos de eficiência energética em geral. Os financiamentos poderão ser contratados com juros a partir de 2% até 4% ao ano, acrescidos da Selic.

todas as mulheres merecem isso”, disse Tarcísio de Freitas.

Para tanto, poderão ser celebrados instrumentos de cooperação entre a Secretaria e outros Poderes, órgãos autônomos, entes federativos e a iniciativa privada. Os órgãos ligados ao Governo de SP deverão encaminhar à SPM, em até 120 dias, propostas para o alcance das diretrizes. A Secretaria também poderá instituir grupos de trabalho intersecretariais para implementar as medidas propostas.

“Essas medidas são importantes para darmos efetividade às ações da Secretaria. E isso demonstra o compromisso do Governo de São Paulo com a promoção do bem-estar da mulher no Estado, para termos políticas públicas aplicadas e verdadeiras”, afirmou a secretária Sonaira Fernandes.

Um dos focos de atuação da SPM será a promoção da saúde da mulher. Para tanto, deverão ser desenvolvidas ações e campanhas de conscientização, especialmente para a prevenção de câncer de mama e de colo de útero. O incentivo à vacinação também será prioridade.

Ainda nesta linha, deverão ser adotadas ações que promovam o bem-estar e acolhimento de gestantes. Para tanto, também está prevista a possibilidade de capacitação de equipes multidisciplinares de acompanhamento humanizado da gestação e do parto.

O Governo de SP também elencou como prioridade de atuação da Secretaria o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência, além da promoção de projetos e

programas voltados ao acolhimento e assistência de mulheres em situação de vulnerabilidade. A SPM deverá, ainda, articular junto aos municípios paulistas o compartilhamento de dados e serviços de atendimento humanizado às mulheres.

As mães de crianças e adolescentes com deficiência também deverão receber assistência especializada. A Secretaria de Políticas para a Mulher também deverá promover ações voltadas à autonomia financeira do público feminino.

Para tanto, poderão ser implementadas ações de capacitação e empreendedorismo em áreas de grande circulação de pessoas, como estações de metrô e shoppings populares. Também está no escopo o fomento à disponibilização de vagas de emprego na iniciativa privada para mulheres em situação de vulnerabilidade, a proposição de ações para a concessão de crédito popular, além do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a contemplar mulheres nos programas habitacionais e de regularização fundiária.

Por fim, o programa Bolsa do Povo também inserido no âmbito das diretrizes. Por meio dele, poderão ser propostas ações e programas voltados à promoção dos direitos da mulher.

Regulamentação

O segundo decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas institui um grupo de trabalho intersecretarial para apresentar propostas de regulamen-

tação das Leis n. 17.621/2023 e 17.635/2023.

A primeira trata da obrigatoriedade de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos adotarem medidas de auxílio à mulher que se sintam em situação de risco, enquanto a segunda trata da capacitação de profissionais que atuam nesses estabelecimentos a identificarem e combaterem o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra mulheres.

O grupo de trabalho terá 60 dias para apresentar os estudos e propostas de regulamentação às legislações. Caso seja necessário, o funcionamento do colegiado poderá ser prorrogado pelo mesmo período.

O colegiado será composto por um membro titular e um suplente e 13 Secretarias do Governo de São Paulo, além da Procuradoria-Geral do Estado. São elas: Políticas para a Mulher (que exercerá a coordenação do grupo); Casa Civil; Segurança Pública; Turismo e Viagens; Desenvolvimento Social; Saúde; Educação; Desenvolvimento Econômico; Justiça e Cidadania; Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Agricultura e Abastecimento; Cultura e Economia Criativa; e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Além disso, também poderão ser convidadas pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão sobre o tema, além de entidades representativas dos setores econômicos abrangidos pelas leis, além de organizações da sociedade civil.

Decretos

O governador Tarcísio de Freitas assinou na quarta-feira (8) dois Decretos voltados a políticas para o público feminino. O primeiro dos decretos assinados pelo governador de São Paulo institui nove diretrizes de atuação da Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM). A Pasta foi criada pela Gestão em janeiro deste ano.

“O que nós queremos é política viva para a mulher, não discurso. Queremos efetividade. Queremos saúde, segurança, igualdade de condições de trabalho e remuneração. E é nessa linha que vamos trabalhar. E a Secretaria de Políticas para a Mulher vai fazer a diferença, porque

Ampliada em 100% a capacidade de atendimento em serviço para gestantes e puérperas na cidade

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, esteve na manhã de quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, no Centro de Acolhida Especial (CAE) para Gestantes e Puérperas para anunciar a ampliação do atendimento. A medida tem início imediato e aumenta de 50 para 100 vagas a capacidade de atendimento. O CAE é administrado pela Associação Amparo Maternal em convênio com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Segundo o prefeito, serviços de excelência como prestado pela Amparo Maternal têm que ser potencializado na cidade. “O que funciona bem temos que ampliar, especialmente aqui no CAE que atende mulheres em

um momento de gravidez, vítima de violência e de maior vulnerabilidade. Aqui prestam um serviço excepcional, além das seis refeições por dia, eles fornecem alimento do amor, da esperança e da compaixão. Por isso, aumentamos o número de vagas e o tempo de permanência das mães”, explicou Nunes.

Além do aumento do número de mulheres atendidas, o tempo de permanência das pessoas acolhidas no serviço também cresceu, passando de seis para 12 meses, podendo ser prorrogado mediante avaliação técnica da equipe. Outra novidade anunciada pelo prefeito foi a mudança do nome do serviço passando de ‘Centro de Acolhida para Mães, Gestantes e Be-

bês’, para ‘CAE para Gestantes e Puérperas’. Com isso, possibilita, na prática, o acolhimento dos filhos, com idades até a primeira infância (de zero a seis anos), das acolhidas que estão com seus recém-nascidos ou que estão grávidas no CAE.

“Esse serviço é como a cidade: grande parte das mães que estão aqui veio de outros países. E São Paulo é assim, também: acolhedora, independente se nasceu aqui ou vem de fora. É um trabalho maravilhoso feito junto às mulheres com grande vulnerabilidade social”, completou Ricardo Nunes.

Para o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Carlos Bezerra Jr., o atendimento no CAE para

Gestantes e Puérperas é importante para as mulheres. “Para mim, que sou obstetra, este é um serviço da SMADS que tem um olhar ainda mais especial, porque são gestantes, mães e bebês que necessitam de amparo e de acolhimento. E por considerar crucial esses primeiros anos de vida dos bebês, a gente está estendendo o tempo de permanência dessas mães com suas crianças neste serviço. A proposta não é apenas ampliar o prazo de permanência, na verdade, mas oferecer plenas e dignas condições para que mãe e filho possam ter a chance de seguir sendo atendidos até que a mãe alcance sua autonomia e restabeleça vínculos familiares, que é o nosso grande desafio na Assistência Social”

Prefeitura moderniza solicitação e emissão de certidões de logradouro e de numeração

Neste mês de março, a cidade de São Paulo passa a utilizar um sistema on-line que vai garantir maior celeridade à solicitação e emissão dos documentos Certidão de Logradouro e Certidão de Numeração.

Ambos os documentos são emitidos pela Coordenadoria de Cadastro, Análise de Dados e Sistema Eletrônico de Licenciamento (CASE) da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). A Certidão de Logradouro comprova as várias alterações de denominações sofridas por um determinado logradouro. Por sua vez, a Certidão de Numeração traz um histórico dos números de uma

edificação ao longo do tempo. Os documentos são utilizados para averbação de matrícula e atendimento a outras exigências do Cartório de Registro de Imóveis.

O município que precisar solicitar as Certidões deverá acessar a página do Cadastro de Edificações (CED) no site da Prefeitura e selecionar o documento de interesse. Através do sistema, será possível gerar a guia para o pagamento do preço público pelo serviço e encaminhar os documentos necessários. Após a compensação do pagamento, a Certidão será emitida num prazo de 15 dias úteis. O documento deverá ser impresso pelo requerente através do pró-

prio sistema, mediante número do protocolo e número de Contribuinte no IPTU.

Antes, todas as solicitações de certidões de logradouro e numeração aconteciam através de troca de e-mails. Este procedimento segue em funcionamento, mas para ser utilizado, especialmente, por proprietários de imóveis não edificados (terrenos) ou que possuem os números de contribuinte no IPTU cancelados. Para os dois casos não é possível realizar a solicitação através do sistema do CED.

Importante destacar que, além de maior agilidade para a emissão dos documentos, o uso do sistema on-line do CED para

Certidão de Logradouro e Certidão de Numeração permitirá à SMUL um controle mais rápido e eficiente dos dados. Eles serão somados às informações relacionadas ao Histórico da Edificação, Certificado de Regularidade da Edificação e Notificação de Irregularidade da Edificação, documentos que já podiam ser solicitados através da página do CED no internet.

Para consultar todas as informações necessárias para solicitar as Certidões, consulte a Portaria SMUL nº 18 (Certidão de Numeração) e Portaria SMUL nº 19 (Certidão de Logradouro), ambas publicadas no Diário Oficial em 25 de fevereiro deste ano.



CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão vereadoras, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

PREFEITURA (São Paulo)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão nas Secretarias, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão deputadas, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

GOVERNO (São Paulo)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão nas Secretárias, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

CONGRESSO (Brasil)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão no Senado e Câmara Federal, por São Paulo, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão nos Ministérios, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

PARTIDOS (Brasil)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão nos partidos políticos, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

JUSTIÇAS (Brasil)
Ontem (Dia Internacional da Mulher), as mulheres cristãs, que estão nas instituições da Justiça do mundo, “falaram com sabedoria e usaram suas línguas pra instruir sobre a bondade” ?

HISTÓRIAS (São Paulo)
A mulher cristã e jornalista Maria Augusta V. Ferreira, está responsável pelas Éticas Cristãs, adotadas pelo jornal “O Dia”, que em 2023 - completando 90 anos - serve aos designios de Deus

ANO 31
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Teto de shopping em Osasco desaba sobre praça de alimentação

Imagens que circulam nas redes sociais na tarde de quarta-feira, (8) mostram o desabamento de um teto do Osasco Plaza Shopping, em Osasco, região metropolitana de São Paulo. Segundo o Corpo de Bombeiros, o desabamento ocorreu por volta das 14h34 de quarta-feira, (8) não há informações sobre feridos. Oito equipes do Corpo de Bombeiros foram enviadas ao local.

Segundo a Delegacia Seccional de Osasco, parte da laje do shopping, localizado entre o cinema e uma loja, desabou. Três veículos caíram sobre o piso. Segundo os policiais, ainda não há informações sobre vítimas. O local foi evacuado.

Pelas imagens que circulam nas redes sociais é possível ver que a laje onde funciona o estacionamento do shopping caiu sobre a praça de alimentação.

Uma pessoa registrou em seu celular o momento da queda, quando começa a cair água e um pó branco do teto sobre a praça de alimentação. Pelo vídeo é possível ver que essa área foi isolada preliminarmente, mas um homem, possivelmente um segurança do shopping, é mostrado arrastando uma lixeira amarela para baixo de onde o teto começa a ceder, pouco tempo

antes do teto desmoronar. Em 1996, uma explosão provocada por um vazamento de gás na praça de alimentação desse mesmo shopping provocou a morte de 42 pessoas. Em 2015, uma forte chuva ocorrida na cidade de Osasco provocou a queda de uma placa de gesso do teto da praça de alimentação desse mesmo shopping. Nessa ocasião, ninguém ficou ferido. (Agência Brasil)

Indicador Econômico recua 11 pontos no Brasil no 1º trimestre de 2023

O Brasil registrou recuo de 11 pontos no Indicador de Clima Econômico (ICE) e atingiu 73,5 pontos no primeiro trimestre de 2023. Na sua composição, o Indicador da Situação Atual (ISA) teve queda de 21,7 pontos alcançando 70,6 pontos, enquanto no Indicador de Expectativas (IE) caiu 0,4 ponto chegando a 76,5 pontos. É o que aponta a Sondagem Econômica da América Latina, que apura os indicadores e foi divulgada na quarta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Com o desempenho, o Brasil está no grupo de países pesquisados que registrou queda nos três indicadores no 1º trimestre de 2023. “O cenário para o Brasil descrito pela pesquisa é de uma estabilidade nas expectativas e de uma piora acentuada (acima de 20 pontos) na avaliação da situação atual”, informou o instituto pelo site da FGV.

Conforme a pesquisa, a queda verificada no Brasil, ocorre também na Colômbia, Uruguai e Bolívia. Ainda assim, há diferenças entre eles. No Brasil e na Bolívia, os três indicadores es-

tão na zona desfavorável, mas Uruguai e Colômbia, embora tenham redução no ICE e no IE, apresentam avaliação da situação atual favorável.

O Paraguai puxa a melhora do clima econômico da região. Entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, cresceu 47,6 pontos no ICE, resultado do aumento de 83,3 pontos no ISA e de 3,6 pontos no IE. “Em 2022, o país sofreu uma forte seca e perdeu exportações para a Rússia em decorrência da guerra na Ucrânia, o que ajuda a explicar a melhora nos indicadores”, observou.

O segundo destaque ficou com o Peru, que de acordo com a pesquisa, tem mostrado um grau de resiliência positiva em termos políticos, mesmo com as turbulências decorrentes do impeachment do presidente Pedro Castillo. O México, Equador, Argentina e Chile também tiveram melhoras do clima econômico. “Observa-se que, à exceção do Chile, que manteve o patamar do IE do 4º trimestre de 2022, todos os países que registraram avanço do ICE, também o fizeram em relação ao ISA e

ao IE”, apontou.

A Sondagem Econômica mostrou que o ICE na América Latina avançou 6,9 pontos entre o 4º trimestre de 2022 e no 1º trimestre de 2023, com destaque para seis dos dez principais países pesquisados. De acordo com o Ibre, apesar de se manter baixo em termos históricos, o indicador registrou o maior nível desde o 4º trimestre de 2021, ao atingir 73,4 pontos.

A pesquisa indicou que desde o 3º trimestre de 2013, o ICE permaneceu na zona desfavorável do ciclo econômico com exceção do 4º trimestre de 2017, 1º trimestre de 2018 e 3º trimestre de 2021. “Observa-se, porém, que em todos esses trimestres o indicador não se afastou muito do nível neutro de 100 pontos”, completou a pesquisa.

No 1º trimestre de 2023, houve alta nos dois indicadores que compõem o ICE. Enquanto o Indicador da Situação Atual (ISA) subiu 9,8 pontos, o Indicador de Expectativas (IE) cresceu 4,0 pontos. Com os resultados, os dois continuam na zona desfavorável, sendo o ISA com 76,8 pontos, e o IE

com 70,1 pontos.

“Assim como no 4º trimestre de 2022, o resultado do ISA superou o do IE, mas a diferença se ampliou para 6,7 pontos, a mais alta desde o 2º trimestre de 2012, quando registrou 15 pontos. Mas, ao contrário do que se observa hoje, naquela ocasião ambos os indicadores estavam na zona favorável do ciclo (em 116,4 e 101,4 pontos, respectivamente)”, informou.

Na comparação do trimestre com igual período em 2020, 2021 e 2022, o ISA da América Latina em 2023 fica acima do nível registrado nos três anos. Em movimento diferente, o IE, que se manteve em zona favorável em 2020 e 2021, agora está bem abaixo destes dois anos, e 18 pontos abaixo de 2022. “O ICE registrou piora em relação aos resultados de 2020 e 2021 e melhora em relação a 2022”, concluiu.

“Chama atenção nessa comparação, a deterioração das expectativas em relação aos primeiros trimestres dos anos anteriores e a melhora do Indicador da Situação Atual. Mesmo em períodos agudos da pande-

mia, a expectativa era favorável, como no início de 2021, o IE registrou 143,6 pontos”, pontuou, acrescentando que o resultado na melhora na situação atual, “reflete a retomada do crescimento econômico na região em relação ao período recessivo da pandemia”.

Para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) em 2023, houve mudanças nas previsões dos especialistas o patamar foi revisado para cima no Paraguai, México e Argentina. A maior taxa de crescimento na região ficou com o Paraguai, onde a projeção do PIB passou de 3,9% para 4,6%. No México, a variação do PIB aumentou de 1,4% para 1,7% e na Argentina, de 1,1% para 1,2%.

“Em todos os outros países, a nova previsão reduziu a taxa de crescimento, com maior diferença para o Chile, que passou de uma queda esperada de 0,7% para 1,8%. Em seguida está a Colômbia, com revisão de 1,6% para 1%. As diferenças percentuais para o restante dos países foram de apenas 0,1 ponto per-

centual (Bolívia), 0,2 ponto (Peru, Uruguai, Equador) e 0,3 ponto (Brasil). No Brasil, a projeção passou de 1,4% para 1,1%”, afirmou.

“As projeções mostram um desempenho pouco favorável, com a maior incidência de taxas de crescimento abaixo de 3%, o que preocupa para uma região em desenvolvimento e com limitações na infraestrutura física e nos indicadores de desenvolvimento social”.

A Sondagem Econômica da América Latina, que serve para o acompanhamento e antecipação de tendências econômicas da região, é realizada trimestralmente ao longo dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base em informações de especialistas econômicos e simultaneamente com a mesma metodologia em todos os países da região. A pesquisa atinge 19 países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. (Agência Brasil)

Indústria registra alta do emprego e de horas trabalhadas em janeiro

A indústria de transformação registrou alta no número de vagas de emprego no setor, de horas trabalhadas na produção e na massa salarial real, em janeiro de 2023, na comparação com dezembro de 2022. Os dados foram informados na quarta-feira (8), em Brasília, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O levantamento mostra, porém, que o rendimento médio dos trabalhadores teve queda, assim como o faturamento real das empresas, que recuou pelo quinto mês consecutivo, alinhado ao período de maior incerteza nos últimos meses de 2022.

A economista da CNI Larissa Nocko analisa o momento da indústria de transformação no início de 2023, comparado ao de 2022. “A alta no emprego vem associada ao aumento do número de horas trabalhadas na produção, o que mostra um certo nível de aquecimento da atividade industrial”.

Ao analisar o mercado de trabalho, Larissa Nocko avalia que a massa salarial e o rendimento médio do trabalhador vêm de uma série de altas, ao longo de 2022, “o que contribui para um cenário mais favorável do mercado de trabalho, que se consolidou ao longo do ano passado”.

Emprego industrial
O emprego industrial registrou alta de 0,5% em janeiro de 2023, se comparado ao mês anterior. A alta ocorre depois de cinco meses em relativa estabilidade. Na comparação com janeiro do ano passado, o avanço é de 1%.

Horas trabalhadas na produção

As horas trabalhadas na produção cresceram 0,5% em janeiro de 2023, na comparação com dezembro. O desempenho do início do ano sinaliza o aquecimento do nível de atividade. Em relação a janeiro de 2022, há crescimento de 3,2% da quanti-

dade de horas trabalhadas.

Massa salarial

Em janeiro de 2023, a massa salarial, que corresponde à soma de todos os salários pagos aos trabalhadores da indústria, teve alta de 1,5%, na comparação com dezembro de 2022. O resultado é a terceira alta consecutiva. Neste período, de novembro de 2022 a janeiro de 2023, a massa salarial acumulou crescimento de 3,8%. Na comparação com janeiro de 2022, o crescimento alcança 7,8%.

Rendimento médio dos trabalhadores

Em janeiro de 2023, na comparação com dezembro de 2022, o rendimento médio real dos trabalhadores da indústria caiu 0,3%. Apesar da queda, quando comparado com janeiro de 2022, o crescimento é de 6,6%.

Faturamento real da indústria

O faturamento real da indústria de transformação confirma

a série de baixas. É quinto mês consecutivo de quedas. Em janeiro de 2023, o indicador recuou 0,9% em relação a dezembro de 2022. No comparativo de 12 meses, o faturamento cai 1,1%.

De acordo com a economista Larissa Nocko, “isso mostra um comportamento de certa cautela por parte do empresário”.

Uso da capacidade instalada

A pesquisa revela, ainda, que a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) permaneceu estável em janeiro na comparação com dezembro de 2022, com 79,7%. O indicador recuou 1,5 ponto percentual na comparação com o mês de janeiro do ano passado.

O índice mede o nível de atividade da indústria e mostra o percentual do parque industrial que está sendo usado. O UCI identifica se as empresas estão produzindo em plena capacidade ou se estão com parte das instalações paradas. (Agência Brasil)

Receita antecipa para esta quinta liberação do programa do IR 2023

O contribuinte poderá organizar as contas com o Leão antes do início do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Com uma semana de antecedência em relação ao previsto, a Receita Federal libera nesta quinta-feira (9) o programa gerador da declaração deste ano (ano-base 2022).

Originalmente, a liberação do programa está prevista para o dia 15, primeiro dia de entrega. O programa gerador poderá ser baixado no site da Receita Federal, pelo Centro Virtual de Atendimento a Contribuintes (e-CAC), ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para tablets e celulares dos sistemas Android e iOS.

O prazo de entrega da declaração não foi alterado e continuará de 15 de março a 31 de maio. O que mudará é que o contribuinte poderá adiantar-se e deixar a declaração salva, dias antes de transmiti-la à Receita.

Em nota, a Receita explicou que a antecipação do programa gerador também ajudará a evitar congestionamentos que costumam ocorrer no primeiro dia de entrega da declaração, quando todo mundo baixa o programa ao mesmo tempo.

“A antecipação do PGD, programa gerador da declaração, ajuda o contribuinte que, ao ter acesso às informações necessárias para a entrega da

declaração, pode se organizar e juntar a documentação que for necessária. Além disso, deve evitar possíveis congestionamentos”, explicou o Fisco no comunicado.

O envio da declaração pré-preenchida, esclarece a Receita, continuará previsto para a data original, 15 de março. Segundo a Receita, somente nessa data, o Fisco conseguirá reunir as informações das declarações de rendimentos enviadas no fim de fevereiro por empregadores, instituições financeiras e planos de saúde e cruzá-las com a base de dados da Receita.

As regras de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023 foram anunciadas no último dia 27. Entre as novidades, estão a prioridade no recebimento da restituição de quem optar por receber via Pix, desde que a chave seja o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do cidadão, e de quem usar o modelo pré-preenchido.

Outra novidade ocorre para quem tem investimentos na bolsa de valores. Agora, a declaração só é obrigatória para o investidor que tenha vendido ações cuja soma superou, no total, R\$ 40 mil ou se ele obteve lucro com a venda de ações em 2022, sujeito à cobrança do IR. Anteriormente, qualquer contribuinte que tivesse comprado ou vendido ações no ano anterior tinha que declarar, independentemente do valor. (Agência Brasil)

União pagou R\$ 1,34 bilhão de dívidas de estados em fevereiro

O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,341 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 847,66 milhões, é relativa a atrasos de pagamento de Minas Gerais. Em seguida, vieram débitos de R\$ 193,42 milhões do estado do Rio de Janeiro e de R\$ 76,74 milhões de Goiás.

A União também cobriu dívidas dos seguintes estados: R\$ 61,3 milhões do Rio Grande do Sul, R\$ 44,71 do Maranhão, R\$ 44,26 do Piauí, R\$ 41,38 de Pernambuco e R\$ 31,54 do Espírito Santo.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na terça-feira (7) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 2,249 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,036 bilhão coube a Minas Gerais, R\$

372,04 milhões ao Maranhão, R\$ 300,43 ao Rio de Janeiro, R\$ 164,38 milhões ao Piauí e R\$ 155,03 milhões a Goiás.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro aumentou de sete, em janeiro, para oito em fevereiro, com a inclusão do Espírito Santo, que não fazia parte da lista. Em 2022, além dos estados acima, tiveram garantias honradas pela União Alagoas e Rio Grande do Norte.

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras neste ano. No ano passado, a União honrou R\$ 32,06 milhões de garantias da Prefeitura de Taubaté (SP).

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade finan-

ceira. Posteriormente, a corte mediu negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recuperação fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia de covid-19, a corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por cautela de liminares concedidas pelo STF.

Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao RRF no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do STF, concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal. Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o

plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida da União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo goiano a aderir ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

O único estado endividado que não aderiu ao RRF é Minas Gerais. Em julho do ano passado, o ministro Nunes Marques, do STF, concedeu liminar que permite ao estado negociar um plano de ajuste com a União sem o aval da Assembleia Legislativa. No mesmo mês, o Tesouro Nacional publicou uma portaria autorizando o governo mineiro a elaborar proposta que oficialize o ingresso no programa. (Agência Brasil)

Americanas propõe aporte de R\$ 10 bi a credores

A Americanas anunciou que se reuniu com os credores financeiros na segunda-feira (6) e terça-feira (7) em busca de um entendimento para quitar as dívidas. A proposta foi de aumento de capital em dinheiro no valor de R\$ 10 bilhões. As partes, porém, não chegaram a um acordo.

A empresa disse que “espera continuar mantendo discussões construtivas com seus credores em busca de uma solução sustentada que permita a continuidade de suas atividades”. A tentativa de negociação foi apresentada aos credores financeiros pela Rothschild & Co, assessoria contratada pela Americanas.

No dia 12 de fevereiro, os acionistas da Americanas haviam proposto um aporte de capital em dinheiro de R\$ 7 bilhões. A negociação era liderada por Jorge Paulo Lemann, Alberto Scipura e Marcel Telles. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou na época que

não houve acordo. O trio de bilionários aumentaria seu capital na companhia com o aporte, que considerava um financiamento de R\$ 2 bilhões já captado, e também seria convertido em capital. A proposta incluía ainda a recompra de dívida por parte da companhia na ordem de R\$12 bilhões e a conversão de dívidas financeiras por cerca de R\$ 18 bilhões de reais, parte em capital e parte em dívida subordinada.

Em janeiro, a 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro aceitou o pedido de recuperação judicial do Grupo Americanas. Foram alegadas inconsistências contábeis que geraram mais de R\$ 40 bilhões em dívidas. O Grupo Americanas é composto pelas empresas Americanas S.A., B2W Digital Lux e JSM Global. Elas são responsáveis por marcas como as Lojas Americanas, Americanas.com, Submarino, Shoptime, Hortifruti, entre outras. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Lei estabelecerá multa para empresa que descumprir igualdade salarial

Empregadores que pagarem salários diferenciados a uma mulher que tem o mesmo tempo de casa, a mesma função e com escolaridade semelhante a um funcionário homem serão multados em 10 vezes o valor do maior salário pago na empresa. É o que consta no projeto de lei sobre igualdade salarial assinado na quarta-feira (8) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e enviado para análise do Congresso Nacional.

O texto prevê a obrigação das empresas que têm mais de 20 empregados darem transparência às faixas salariais para dar capacidade de fiscalização ao Ministério do Trabalho. A pasta também deverá elaborar um protocolo de fiscalização para esses casos.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, explicou que “nos casos gritantes de discriminação”, um juiz competente poderá, em caráter liminar, determinar que a mulher receba o mesmo salário que o homem já no mês da denúncia de desigualdade.

Sobre a possibilidade dessas medidas resultarem na redução de contratação de mulheres, Tebet afirmou que esse é um discurso misógino (de ódio ou aversão às mulheres) por parte de setores produtivos.

“Se algum empregador estiver discriminando uma mulher, se isso for fator para que ele não contrate uma mulher, não vai faltar empresas sérias, responsáveis e comprometidas para isso”, disse.

“Nós somos imprescindíveis no mercado de trabalho, não só no setor de cuidado, não só como enfermeiras, como professoras ou ramo da confecção, hoje somos imprescindíveis no mercado de trabalho porque se não contratarem mulheres não ter dificuldade na sua produção”, disse Tebet após cerimônia de celebração ao Dia Internacional da Mulher, no Palácio do Planalto.

Tebet ressaltou que a medida ainda será debatida pelos parlamentares, mas lembrou que texto semelhante já foi aprovado. Em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro, o Palácio do Planalto chegou a devolver ao Congresso

Nacional um projeto de lei, que estava pronto para sanção, e aumentava a multa no valor correspondente a cinco vezes a diferença salarial paga pelo empregador. O projeto, desde então, está parado na Câmara dos Deputados.

Violência histórica

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao aceitar que a mulher ganhe menos que o homem no exercício da mesma função, se perpetua uma violência histórica contra as mulheres. “É importante lembrar que nesse projeto de lei tem uma palavra que faz a diferença de tudo que já foi escrito sobre trabalho igual entre homens e mulheres. E essa mágica palavra é ‘obrigatoriedade’ de pagar o salário igual. Vai ter muita gente que não vai querer pagar, mas para isso a Justiça tem que funcionar para obrigar o empregador a não pagar, pagar aquilo que a mulher merece pela sua capacidade de trabalho”, disse.

Durante seu discurso, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, citou estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aponta que a igualdade salarial entre homens e mulheres pode acrescentar 0,2% à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de um país. “Estamos trabalhando intensamente para que isso se concretize”, disse, destacando que a desigualdade salarial no Brasil chega a 30%, mesmo as mulheres tendo maior nível educacional.

Misoginia

Na celebração no Palácio do Planalto, o presidente Lula anunciou uma série de ações do governo federal que incidem diretamente no combate à violência e na garantia de direitos das mulheres. Para ele, o respeito às mulheres é um valor inegociável.

“Houve um tempo em que o 8 de março era comemorado com distribuição de flores, enquanto os outros 364 dias eram marcados pela discriminação, machismo e violência. Hoje, estamos comemorando 8 de março com o respeito que as mulhe-

res exigem. Respeito em todos os espaços que elas queiram ocupar, seja no trabalho, em locais públicos, na política ou dentro de suas próprias casas”, disse Lula.

Ao citar o conjunto de medidas anunciadas, a ministra Cida Gonçalves propôs um pacto social para enfrentamento à misoginia e à violência contra mulher.

“É primordial que o poder público faça seu papel, mas é preciso ir além e continuar avançando na compreensão que o desprezo e ódio às mulheres não podem ser naturalizados. Não podemos aceitar o fato de que homens ganhem dinheiro na internet praticando misoginia, e isso precisa parar. Esse ambiente nos faz retomar estatísticas tão repetidas, mas ainda assim tão chocantes: a cada dia três mulheres são mortas no Brasil pelo fato de serem mulheres. O enfrentamento ao feminicídio é uma luta política urgente”, destacou.

Já é de conhecimento público a existência de grupos masculinistas que propagam misoginia e ameaçam mulheres na internet. Um deles, o movimento Red Pill, usa o suposto discurso de autoajuda nos relacionamentos para propagar machismo e misoginia.

Nesse contexto de combate à violência, a ministra anunciou a recriação do programa Mulher Viver sem Violência, com a implantação de 40 unidades da Casa da Mulher Brasileira, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e investimento de R\$ 372 milhões. O programa prevê ainda a doação de 270 viaturas para a Patrulha Maria da Penha, em todos os estados.

O Lige 180, Central de Atendimento à Mulher, também está sendo reconstruído. Na gestão anterior, houve a integração desse sistema com o Disque 100 e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Nesse telefone, é possível registrar denúncias contra qualquer tipo de violência de gênero, com ligação gratuita de qualquer lugar do país. O serviço funciona 24 horas por dia.

Mão de obra feminina

Decreto prevendo a regula-

ção da cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autarquias e fundações.

Será lançada também a política de enfrentamento ao assédio sexual e moral e discriminação na administração pública federal.

Violência política

Projeto de lei para que o 14 de março seja transformado no Dia Nacional Marielle Franco, data com foco no enfrentamento à violência política de gênero e de raça. Essa data marca o dia em que a vereadora do Rio de Janeiro foi assassinada, em 2018.

Dignidade menstrual

Decreto que trata da dignidade menstrual, com o compromisso de distribuição gratuita de absorventes no Sistema Único de Saúde (SUS). Adicionalmente, será lançado um programa de equidade de gênero e raça entre os servidores do SUS.

Ações internacionais

O governo federal vai ratificar a Convenção 190 da OIT, primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero. Entre outras medidas, a Convenção 190 amplia conceitos de assédio sexual e moral no trabalho.

O país vai aderir à Coalizão Internacional de Igualdade Salarial, que envolve entidades como a OIT, a ONU Mulheres e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Educação e esporte

Retomada das obras de 1.189 creches que estavam com o andamento paralisado.

Nos próximos dois anos, também serão asseguradas vagas em cursos e programas de educação profissional e tecnológica para 20 mil mulheres em situação de vulnerabilidade.

Assinatura de um decreto que determina a licença-maternidade para integrantes do Bolsa Atleta. A intenção é garantir o respeito,

de forma ampla, à maternidade e à gestante. O texto garante o recebimento regular das parcelas do programa voltado para atletas de alto desempenho até que a beneficiária possa iniciar ou retomar a atividade esportiva.

Cultura

Editais Ruth de Souza de Audiovisual, que vai dar suporte a projetos inéditos de cineastas brasileiras para realização do primeiro longa-metragem. São R\$ 10 milhões em investimentos.

Outra linha de ação é o incentivo à literatura, com R\$ 2 milhões no Prêmio Carolina Maria de Jesus, para livros inéditos escritos por mulheres.

Ciência e pesquisa

Instituir a Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas e Mulheres na Ciência, Tecnologia e Inovação. A estimativa é de que haja uma chamada pública do CNPq de R\$ 100 milhões, voltada para mulheres nas ciências exatas, engenharia e computação.

Autonomia financeira

Lançamento de um edital de assistência técnica rural para mulheres do campo, pelo programa Organização Produtiva Econômica das Mulheres Rurais, com R\$ 50 milhões de investimento e perspectiva de atender até 20 mil mulheres.

Banco do Brasil anunciou que cinco carretas do Agro Mulher percorrerão o país com oferta de crédito diferenciado para mulheres, serviços financeiros e capacitação para pessoas físicas e jurídicas.

A Caixa Econômica Federal promoverá o Mulheres na Favela, com a qualificação de mulheres em três laboratórios de inovação social no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

O BNDES enfatizará o Projeto Garagem, com aceleração de startups lideradas por mulheres.

Grupos de trabalho

Criação de grupos de trabalho interministeriais com

foco na garantia de direitos das mulheres. Um deles será voltado para a elaboração de uma Política Nacional de Cuidados, outro para formular o Plano Nacional de Igualdade Salarial, Remuneratório e Laboral entre Mulheres e Homens e um terceiro terá como meta a Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e Discriminação na Administração Pública.

Grupos de trabalho para o Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça e outro para formulação da Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas na Ciência, Tecnologia e Inovação. Palestras, eventos, seminários e debates estão previstos para todo o mês em diversos ministérios.

Colegiado

A Secretaria-Geral da Presidência da República determinou que a representação feminina nos conselhos e comissões vinculados à pasta deverá ser de, no mínimo, 50% de sua composição. A paridade de gênero foi definida em portaria publicada na terça-feira (7) no Diário Oficial da União. O texto estabelece ainda que pelo menos 20% dos assentos nos colegiados terão de ser ocupados por pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

De acordo com a portaria, as organizações da sociedade civil poderão indicar a mesma pessoa como representante em até dois conselhos ou comissões, e os indicados terão direito a até dois mandatos consecutivos ou três alternados.

Os colegiados vinculados à Secretaria-Geral são o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho de Participação Social; Conselho Nacional da Juventude; Conselho Nacional de Fomento e Colaboração; Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Agência Brasil)

Respeito às mulheres é valor inegociável no Executivo, diz Lula

Durante cerimônia em alusão ao Dia Internacional da Mulher, lembrado na quarta-feira (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, em meio a um contexto de diversas formas de violência contra as mulheres, é dever do Estado e de toda a sociedade enfrentar cada uma delas. Após assinar atos, decretos e projetos de lei, Lula destacou as 11 ministras do seu governo e classificou o respeito às mulheres como valor inegociável.

“Nada, absolutamente nada justifica a desigualdade de gênero. A medicina não explica. A biologia não explica. A anatomia não explica. Talvez a explicação esteja no receio dos homens de serem superados pelas mulheres. É isso que não faz sentido algum. Primeiro porque as mulheres querem igualdade, não superioridade. Segundo porque quanto mais as

mulheres avançam, mais o país avança. E isso é bom para toda a população.”

O presidente lembrou que a desigualdade de gênero não é um problema exclusivo do Brasil. Ele citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre disparidade de renda e desigualdade entre homens e mulheres que indicam que a questão é ainda mais profunda do que se imaginava.

“A humanidade levará 300 anos para alcançar a igualdade entre mulheres e homens se permanecerem as condições atuais. Por isso, não podemos aceitar que a condições atuais sejam mantidas. A igualdade de gênero não virá da noite para o dia, mas precisamos acelerar esse processo. E, se dependesse desse governo, a desigualdade acabaria hoje mesmo por um simples decreto do presidente”, concluiu. (Agência Brasil)

Com seca, 12 cidades gaúchas vão receber socorro de R\$ 2,2 milhões

Mais de R\$ 3,5 milhões serão transferidos para 16 cidades afetadas por desastres naturais, sendo a maioria no estado do Rio Grande do Sul que enfrenta período de estiagem. No total, 12 cidades gaúchas irão receber aproximadamente R\$ 2,2 milhões para compra de cestas básicas, reservatórios de água, caixas de água, combustível e aluguel de caminhão-pipa.

No início da semana, o governo federal já havia autorizado repasse de quase R\$ 3 milhões para outras dez cidades do estado, também afetadas pela seca. Em fevereiro, uma comissão de ministros do governo fe-

deral visitou a cidade de Hulha Negra, na fronteira com o Uruguai. A região é uma das mais castigadas pela estiagem que afetou o estado pelo terceiro ano seguido e que impacta a produção agropecuária.

Os recursos autorizados na quarta-feira (8) irão atender também cidades de Minas Gerais e Santa Catarina, para restabelecimento de aterro e proteção de rua, respectivamente.

De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, mais de R\$ 174,8 milhões já foram repassados, este ano, para ações de defesa civil em todo o Brasil. (Agência Brasil)

Moraes liberta mais 149 mulheres presas por atos golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), libertou mais 149 mulheres presas por causa dos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas.

Com as novas decisões, proferidas ao longo da semana, foi concluída a análise de todos os pedidos de liberdade provisória feitos por mulheres presas em decorrência do 8 de janeiro. As decisões foram divulgadas pelo Supremo nesta quarta-feira (8), em que se comemora o Dia In-

ternacional da Mulher.

Segundo dados do Supremo, foram libertadas até o momento 407 mulheres, enquanto 82 permanecem presas. No caso das que foram soltas, Moraes aplicou o entendimento de que elas tiveram condutas menos graves e não representam ameaça ao curso da investigação, podendo responder a denúncia em liberdade.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deu parecer favorável às libertações. As mulheres soltas foram denunciadas pelo Ministério Público Fede-

ral (MPF) por incitação ao crime e associação criminosa.

Foram soltas também quatro mulheres suspeitas de condutas mais graves, e que foram denunciadas por crimes como associação criminosa armada, abolição violenta de Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração do patrimônio público.

Nesses casos, situações particulares levaram à concessão da liberdade provisória, como a existência de problemas crô-

nicos de saúde, como o câncer, ou precisarem cuidar de crianças com necessidade especial.

Pelas decisões, todas as mulheres libertadas devem se apresentar em 24 horas na comarca de sua residência, tendo que se reapresentar semanalmente. Além disso, todas terão o passaporte cancelado e suspensa qualquer autorização para o porte de arma.

Elas também ficam proibidas de sair de casa à noite, de usar as redes sociais e de entrar em contato com outros investigados. (Agência Brasil)

Governo lança programa de distribuição gratuita de absorvente pelo SUS

O Ministério da Saúde informou na quarta-feira (8) que vai assegurar a oferta de absorventes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na população que está abaixo da linha da pobreza. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou nesta quarta-feira um decreto que cria o Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual.

De acordo com o ministério, cerca de 8 milhões de pessoas serão beneficiadas pela iniciativa que prevê investimento de R\$ 418 milhões por ano.

A nova política segue os critérios do Programa Bolsa Família, incluindo estudantes de baixa renda matriculados em escolas públicas, pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema.

Também serão atendidas pessoas em situação de privação de liberdade e que cumpram medidas socioeducati-

vas. O ministério acrescenta que o programa, voltado a todas as pessoas que menstruam, alcançará mulheres cisgênero, homens trans, pessoas transmasculinas, pessoas não binárias e intersexo.

De acordo com Ana Nery Lima, especialista em gênero e inclusão na ONG Plan Internacional Brasil, que promove os direitos das crianças e a igualdade para meninas, é urgente pensar em ações e políticas públicas que garantam que meninas, mulheres e pessoas que menstruam tenham acesso a condições dignas de gerenciamento do seu ciclo menstrual. “Por isso, medidas como a anunciada hoje são tão importantes para garantir a distribuição de absorventes para os públicos que convivem com a pobreza menstrual, para que consigam, minimamente, conviver com dignidade”, disse. “A dignidade menstrual também diz respeito à dignidade hu-

mana. Quando as pessoas acessam instalações e insumos seguros e eficazes para administrar sua higiene menstrual, são capazes de administrar sua menstruação com dignidade”, concluiu.

Ministério Público

Nesta semana, o Ministério Público Federal (MPF) reforçou um pedido na Justiça para que a União apresentasse plano de distribuição de absorventes a estudantes de baixa renda da rede pública, e mulheres em situação de vulnerabilidade social extrema, a detentas e a jovens em conflito com a lei internadas.

A distribuição é garantida pela Lei Federal 14.214 de 2021, mas o governo anterior foi contra a política. O texto, aprovado pelo Senado em setembro de 2021, foi sancionado pelo então presidente da República Jair Bolsonaro que, no entanto, vetou a distribuição gratuita dos

absorventes.

O veto presidencial foi derrubado em março do ano seguinte pelo Congresso Nacional. No mesmo mês, Bolsonaro decidiu regulamentar a distribuição. Em novembro, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, com a promessa de atender a 4 milhões de mulheres.

Em outubro, a organização não governamental (ONG) Criola havia entrado com ação na Justiça Federal, pedindo que o governo federal apresentasse, em 15 dias, os planos para distribuição dos absorventes.

“A ideia era desenvolver essa política o mais rápido possível, com a urgência de que ela necessitava, visto que as pessoas que serão beneficiadas desta política são pessoas em situação de vulnerabilidade”, lembrou a coordenadora-geral da ONG Criola, Lúcia Xavier. (Agência Brasil)